

NEGACIONISMO COMO MANIFESTAÇÃO DO INTRÍNSECO DEFEITO DA *RATIO* MODERNA À LUZ DA TEORIA CRÍTICA*

Ruan de Oliveira Gomes**

RESUMO

A presente comunicação busca, por meio da teoria crítica, sobretudo nas obras de Adorno e Horkheimer, identificar e analisar o fenômeno do negacionismo e sua relação com a *ratio* moderna. Assim, buscou-se primeiro contextualizar a modernidade no sentido histórico-filosófico enquanto continuidade e ruptura. Depois, analisar o fenômeno do Esclarecimento, projeto ápice da modernidade, para poder então delinear a falência da *ratio* moderna e como ocorreu a obliteração de uma *ratio* objetiva para uma subjetiva. Exposto isso, buscou-se analisar o fenômeno da barbárie e como depois dele o negacionismo torna-se reinvenção, readaptação e reprodução da própria barbárie, sendo combatido à medida que o *imperativo da memória* torna-se presente.

Palavras-chave: negacionismo; *ratio*; teoria crítica; modernidade.

ABSTRACT

The present communication aims, through critical theory, particularly in the works of Adorno and Horkheimer, to identify and analyze the phenomenon of denialism and its relation to modern reason. Thus, the first step was to contextualize modernity in its historical-philosophical sense as continuity and rupture. Then, the phenomenon of Enlightenment, the apex project of modernity, was analyzed in order to outline the failure of modern reason and how the obliteration of an objective reason occurred. Having exposed this, the focus shifted to analyzing the phenomenon of barbarism and how, after it, denialism becomes a reinvention, readjustment, and reproduction of barbarism itself, being combated as the imperative of memory becomes present.

KEYWORDS: denialism; *ratio*; critical theory; modernity

MODERNIDADE COMO CONTINUIDADE E RUPTURA

A definição do termo modernidade é uma tarefa extremamente complexa e difícil, uma vez que, assim como outros termos e conceitos filosóficos, possui um caráter polissêmico, ou seja, apresenta diferentes significados dependendo de como é utilizado e do contexto e uso em que se encontra. “As definições adquirem seus sentidos plenos no decorrer do processo

* Esse texto faz parte de um **projeto de pesquisa** com bolsa **PIBIC-CNPq 2021/28426** da PUC Minas (período de 01/09/2022 a 31/08/2023), intitulado *Natureza do “negacionismo” e o intrínseco defeito da “ratio moderna”*, sob a orientação do Prof. Dr. Ibraim Vitor de Oliveira.

Texto recebido em 30/05/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Graduando em Filosofia pela PUC Minas. E-mail: ruan.gomes.1313360@sga.pucminas.br.

histórico. Elas não podem ser usadas inteligentemente a não ser que aceitemos humildemente que suas penumbras não são facilmente penetráveis por atalhos linguísticos.” (HORKHEIMER, 2015, p. 182).

Assim, considerando a polissemia, modernidade no sentido filosófico-histórico é o nome que se dá ao período que vai do nominalismo medieval até o séc. XX. Ao conduzir uma minuciosa pesquisa sobre o período da dita modernidade, Lima Vaz faz uma investigação profunda das origens da filosofia moderna, e utiliza uma alegoria para sustentar sua afirmação de que as raízes dessa dita filosofia moderna já estão lançadas na tardia escolástica medieval, evidenciando a continuidade e a evolução gradual dos pensamentos e ideias que fundamentaram esse período de transformação filosófica e cultural.

Essa análise de continuidade-descontinuidade nos permite compreender melhor as interconexões e influências mútuas entre diferentes épocas, contribuindo para uma apreciação mais abrangente da modernidade enquanto fenômeno histórico e filosófico de grande relevância. Segundo Vaz (2012, p. 14)

Esses traços podem, por sua vez, ser comparados a ramos que cresceram a partir do emaranhado de raízes nascidas no solo cultural que precedeu a formação da modernidade. É esse o solo da Idade Média tardia, e são essas raízes que nos propomos investigar. São raízes propriamente intelectuais, pois é no campo das ideias que começa a definir-se um novo sistema de razões e representações que um dia irão formar a árvore do mundo moderno da vida.

Esse período que lança suas raízes ainda no medievo tardio é marcado por uma série de continuidades, rupturas e transformações. Suas características como a racionalidade, o antropocentrismo, o aumento e consolidação do individualismo, a crescente secularização dos costumes e outras características pretendiam ser não apenas continuidade, como as raízes da árvore, mas também ser ruptura e novidade em relação ao período anterior.

Nesse sentido, a dita filosofia moderna é um fenômeno de continuidade e descontinuidade com o anterior. Enquanto continuidade, a modernidade filosófica incorporou várias reflexões pré-modernas, fez muitas das suas formulações com base na situação que a antecedeu e assim não rompeu completamente com o sistema filosófico-histórico da tardia idade-média. As reflexões intelectuais estavam intimamente ligadas à realidade da época, isto é, ao chão da vida que possibilita o pensar filosófico, e por isso ainda retinha traços significativos do período medieval. Dessa interação do chão da vida com o mundo intelectual, nos diz Vaz (2012, p. 12): “Mas é evidente que o mundo intelectual não evolui solitário no

espaço simbólico. Ele forma sistema e interage com outras esferas: da organização social, das estruturas de poder, das condutas, das crenças.”

Entendida como descontinuidade e ruptura, a filosofia moderna passa a pretender-se ser uma filosofia iluminada, na qual a Razão tenha primazia e lugar de destaque, o ser humano passa a ser investigador, objeto e fim de muitas reflexões filosóficas. “O homem tornou-se gradualmente menos dependente de padrões absolutos de conduta, de ideais universalmente vinculantes. Ele é considerado tão completamente livre que não precisa de qualquer padrão a não ser o seu próprio.” (HORKHEIMER, 2015, p. 110).

Nesse sentido, a modernidade manifesta a mudança de uma visão teocêntrica para uma antropocêntrica, em que o senhorio que antes repousava na submissão a uma ordem cósmica dada e hierárquica agora passa a ser a exploração do novo e passa a ser dado ao próprio ser humano. “O homem dos tempos modernos sente o inexplorado como atractivo. Estimula-lhe o desejo de explorar. Começa a descobrir e a conquistar novos continentes. Sente a possibilidade de se aventurar no mundo infinito e de se tornar o seu senhor.” (GUARDINI, 1964, p. 50).

Assim, Segundo Horkheimer (2015), à medida que os padrões absolutos de conduta e ideais universalmente vinculantes foram gradualmente diminuindo, o indivíduo passou a ser visto como despido de qualquer padronização. O homem agora pretendia-se livre graças ao processo de esclarecimento, do qual Kant é talvez o maior expoente e entusiasta.

SÉCULO DE FREDERICO NA FILOSOFIA

Fruto desse processo de continuidade e descontinuidade, a filosofia moderna passa a ser uma possibilidade para o século de Frederico¹, em outras palavras passa a ser possibilidade teórica de uma era para o esclarecimento. Ainda não é esclarecida, mas já é época de esclarecer.

Kant (2011, p. 33), no apogeu da modernidade e da filosofia iluminista, afirmou em seu famoso “*O que é o Esclarecimento*”, sobre essa época de transição e ruptura:

Pois, caso se faça, então a pergunta, ‘Vivemos agora em uma época esclarecida?’ A resposta será, portanto: ‘Não, mas vivemos certamente em uma época de

¹ Kant denomina esse período de esclarecimento como o “século de Frederico”. Frederico II, embora fosse um rei autoritário, fora um defensor de valores como a liberdade religiosa, liberdade de pensamento, dos ideais do Esclarecimento, destacando também seu amor pelas artes e pela filosofia.

esclarecimento'. Do modo como as coisas estão agora, faltaria ainda muito para que os seres humanos, tomados como um pouco, já estivessem em condições, ou apenas nelas pudessem ser colocadas a fim de se servirem bem e seguramente de seu próprio entendimento, sem a direção de outrem [...].

O filósofo iluminista enfatiza que a filosofia moderna e iluminista se distingue e rompe com a filosofia anterior pela possibilidade real e concreta de libertar-se da menoridade intelectual, que é caracterizada pela dependência de uma autoridade mentora. Segundo Kant (2011), a filosofia moderna capacita e dá aos indivíduos a possibilidade de esclarecerem-se por si mesmos, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento de seu pensamento e pelo exercício autônomo da razão. Essa capacidade de emancipação intelectual é uma das marcas fundamentais da filosofia moderna:

Contudo, temos algumas indicações muito evidentes de que agora lhes foi aberto de fato o campo no qual se poderá cultivar livremente e no qual poderão se tornar gradativamente menores os impedimentos ao esclarecimento universal ou à saída da menoridade da qual eles próprios são culpados. (KANT, 2011, p. 33).

Parte do projeto dessa filosofia do esclarecimento era que a Razão tivesse um lugar de destaque na produção, metodologia e esquemas filosóficos da época. Ela passa a ter um lugar de proeminência tão grande que essa época dita iluminada a trata inclusive de forma cúlrica, rendendo a ela tratados e elogios das mais diferentes formas. Essa era a idade da Razão, quando não se esclarecer era querer permanecer no obscurantismo:

Esclarecimento é a saída do ser humano de sua menoridade, menoridade essa na qual ele se inseriu por sua própria culpa. Menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a condução de outrem. É se culpado por tal menoridade se a causa da mesma não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de resolução de coragem para se servir de seu próprio entendimento sem a condução de outrem. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento! Este é, portanto, o lema do Esclarecimento. (KANT, 2011, p. 24).

Adorno e Horkheimer (1985), ao comentarem o conceito de esclarecimento, afirmam que o seu programa era o desencantamento do mundo. O seu objetivo era desmascarar os mitos e substituir a imaginação pelo conhecimento. Nesse processo, a razão assume um lugar de destaque, manifestando assim a busca pelo saber, buscando constantemente libertar os seres humanos do medo. Assim, quando alcançam a liberdade, o esclarecimento pode empoderá-los e colocá-los na posição de senhores com controle sobre suas vidas.

A superioridade da razão era emancipadora para o homem moderno de tal forma que parecia que o progresso tendia ser de tal ordem que não poderia não ocorrer; o homem era superior porque era racional, e isso o emancipava e o levava ao progresso:

Portanto, a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida. Nele muitas coisas estão guardadas que os reis, com todos os seus tesouros, não podem comprar sobre os quais sua vontade não impera, das quais seus espias e informantes nenhuma notícia trazem, e que provém de países que seus navegantes e descobridores não podem alcançar. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

FALÊNCIA DO PROJETO MODERNO E A OBLITERAÇÃO DA RAZÃO

Todavia, o progresso pareceu não ocorrer, ou se ocorreu foi de forma claudicante e não linear, desembocando no horror e na barbárie, levando-o assim a ser questionado. Nessa falência do projeto moderno, no prefácio da *Dialética do esclarecimento*, os autores colocam que um dos seus objetivos era “nada menos, do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 11).

O progresso, fruto do esclarecer-se e projeto da dita modernidade, parecia caminhar à deriva, para lugar nenhum, o *telos* lhe era estranho, e assim a razão passa a se autodestruir à medida que tenta fundar-se, justificar-se e caminhar em torno de si e em si mesma: “Como entendida e praticada na nossa civilização, a progressiva racionalização tende, em minha opinião, a obliterar justamente aquela substância da razão em nome da qual esse progresso é defendido.” (HORKHEIMER, 2015, p. 8).

E, assim, com essa obliteração, o esclarecimento e seus frutos, diferente do que Kant esperava que seria – emancipação, libertação e que parecia caminhar ao lado do progresso e da humanização –, agora passa a se mostrar contrário a isso. Diz-nos Horkheimer que “o avanço nos meios técnicos de esclarecimento é acompanhado por um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o próprio objetivo que ele supostamente deveria realizar – a ideia de homem” (HORKHEIMER, 2015, p. 08). O progresso agora é, paradoxalmente, usado na barbarização e na desumanização.

De outra forma, se a grande conquista do esclarecimento era a independência em relação a mentorias, o curso da modernidade mostrou que “paradoxalmente, no entanto, esse

aumento de independência levou a um paralelo aumento de passividade” (HORKHEIMER, 2015, p. 110).

Assim, a crise da *ratio* moderna ocorre, pois embora o caminho pretendesse ser o do esclarecimento e da maioridade, mostrou-se como o caminho da total dominação, característica de uma *ratio* já adoecida em sua gênese, caminho de uma *ratio* sem telos, caminho de uma *ratio* buscando cada vez mais o benefício individual. A obliteração, nesse sentido, inicia-se já na sua própria origem:

Se quisermos falar de uma doença afetando a razão, essa doença deveria ser entendida não como algo que assolou a razão em algum momento histórico específico, mas como inseparável da natureza da razão na civilização como até agora a conhecemos. A doença da razão é que a razão nasceu da ânsia do homem para dominar a natureza, e sua “recuperação” depende da compreensão da natureza da doença original, não de uma cura dos seus sintomas tardios. (HORKHEIMER, 2015)

DA *RATIO* OBJETIVA À SUBJETIVA: ECLIPSE E BARBÁRIE

A Razão e o processo de esclarecimento eclipsaram; paralelo a esse eclipse acontece também um processo de passagem de uma racionalidade objetiva para a subjetiva, essa mudança de Razão acompanhou esse processo de declínio do projeto da filosofia moderna.

No movimento de formular a razão como objetiva surge uma visão que “afirmava a existência da razão como uma força não apenas na mente individual, mas também no mundo objetivo” (HORKHEIMER, 2015, p. 12), e disso concluir-se-ia um certo ordenamento racional no qual ela orquestrava a teia organizacional visando assim “a desenvolver um sistema abrangente, ou uma hierarquia, de todos os seres, incluindo o homem e seus objetivos”.

Assumida racionalmente, assim, a ordem tinha um telos ou uma causa que por ser objetiva tinha de ser respeitada; sendo assim, a subjetividade curvava-se à objetividade dessa Razão, “o grau de razoabilidade da vida de um homem poderia ser determinado de acordo com sua harmonia em relação a essa totalidade” (HORKHEIMER, 2015, p. 12) e isso não significa a exclusão de uma certa racionalidade subjetiva, significa antes que “a considerava tão somente como uma expressão parcial, limitada, de uma racionalidade universal da qual se derivam os critérios para todos os seres vivos” (HORKHEIMER, 2015, p. 13).

Diametralmente diferente disso, a razão subjetiva

Está essencialmente preocupada com meios e fins, com adequação de procedimentos para propósitos tomados como mais ou menos evidentes supostamente autoexplicativos. Dá pouca importância à questão de que seus propósitos em si são razoáveis. Se de algum modo, faz referência a fins, aceita como evidente que eles também sejam razoáveis no sentido subjetivo, isto é, que sirvam ao interesse subjetivo relativo à autopreservação – seja do indivíduo singular, seja da comunidade de cuja manutenção depende seu indivíduo. (HORKHEIMER, 2015, p. 12).

O sujeito dessa *ratio* subjetiva, sem uma preocupação com a objetividade e com o *telos*, considera estranho o que não lhe beneficia:

A ideia de que um objetivo possa ser razoável por si mesmo – com base nas virtudes que o conhecimento revela que ele tenha em si –, sem referência a qualquer tipo de vantagem ou ganho subjetivo, é completamente estranha à razão subjetiva, mesmo quando ela se coloca acima da consideração dos valores utilitários imediatos e se empenha em reflexões sobre a ordem social como um todo. (HORKHEIMER, 2015, p. 12).

A passagem de uma razão objetiva para a razão subjetiva é irreversível, e embora haja tentativas de retomada a uma razão objetiva, elas não passam de artificialidades. Segundo Horkheimer (2015, p. 73),

o processo de desenvolvimento das ideias não pode ser revertido arbitrariamente a qualquer momento. Se a razão subjetiva, na forma do esclarecimento, dissolveu a base filosófica de crenças que foram uma parte essencial da cultura ocidental, ela pôde fazê-lo porque essa base provou ser demasiadamente frágil. Sua revivificação é, portanto, completamente artificial, serve ao propósito de preencher uma lacuna. As filosofias do absoluto são oferecidas como um excelente instrumento para salvar-nos do caos.

Irreversível e consequente, a passagem de uma *ratio* objetiva para uma subjetiva abriu margens para a submissão do pensamento do homem; a filosofia, por exemplo, torna-se apenas um instrumento para sua autopreservação, e isso significa não ser objeto de interesse, a que custos ou a que preço, essa autopreservação tem que ocorrer.

A autopreservação tornou-se imperativa, e a *ratio* subjetiva aliou-se nisso ao ser suporte desse movimento que se manifesta muitas vezes como dominação do mundo e sobre o outro; isso explica como a *ratio* terminou desembocando em Auschwitz, Barbacena ou no extermínio de povos africanos em plena era dita esclarecida e racional. Autopreservar-se, dominar e submeter:

A dominação da natureza envolve a dominação do homem. Cada sujeito não apenas tem de tomar parte na sujeição da natureza externa, humana e não humana, mas a fim de fazê-lo deve sujeitar a natureza nele mesmo. A dominação torna-se ‘internalizada’ pelo bem da própria dominação. O que é geralmente indicado como uma finalidade – a felicidade do indivíduo, a saúde e a riqueza – ganha sentido exclusivamente por sua potencialidade funcional. (HORKHEIMER, 2015, p. 106).

BÁRBARIE DA NEGAÇÃO DA BÁRBARIE

Dessa tríade de dominação, submissão e autopreservação, que é parte do processo da obliteração da razão, surge além das barbáries e horrores proveniente dela a negação dos mesmos horrores e barbáries. A barbárie negada é a reinvenção, readequação e reprodução no tempo das tecnologias e produções que a sustentaram. “A sobrevivência do fascismo e o insucesso da tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo.” (ADORNO, 2022, p. 46).

Se o grande cerne da filosofia passa a ser formular e responder à questão “*o que significa pensar depois de Auschwitz?*” (ADORNO, 2022) isso também significa aceitar e em contrito movimento se responsabilizar pela memória e construção de uma narrativa em cima dos fatos, e isso dificilmente acontece na produção negacionista daqueles que ousam questionar o que ocorreu. Diz-nos Adorno (2022, p. XX) que “em casa de carrasco não se deve lembrar a força para não provocar ressentimento”; nesse sentido e nessa recusa ao ressentimento nasce então a negação da força, o questionamento das mortes perpetradas pelo carrasco, e a construção de uma narrativa em que a força é negada passa a ser vista como apenas um ponto de vista ou, no mínimo, se aceita que se matou, não foram tantos.

Nesse processo a negação da presença da força e da barbárie torna-se instrumento dessa razão subjetiva e lhe serve porque garante os fins, e isso, embora pareça ser o desvio, é o caminho ordinário que um progresso racional sem *telos* produz a si mesmo. A modernidade, auxiliada por uma *ratio* que já eclipsou em sua própria origem, terminaria na barbárie, e a barbárie passa a ser negada à medida que as possibilidades dessa corrosão permitam e as condições lhe sejam favoráveis. Diz-nos Adorno (2022, p. 32): “A corrosão por dentro representa algo objetivo; e as figuras ambíguas que efetivam o seu retorno só o fazem porque as condições lhe são favoráveis.”

Nessas condições favoráveis, o negacionismo convence e torna-se prática usual quando dissimula o passado e evita visitá-lo de forma correta na dinâmica do medo da força.

O negacionista é também bárbaro, pois “quem ainda insiste em afirmar que o acontecido nem foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e, sem dúvida, seria capaz de assisti-lo ou colaborar com ele se tudo acontecesse de novo” (ADORNO, 2022, p. 147).

Dessa forma, o bárbaro negacionista perpetrando a negação não está interessado em visitar o passado. Aliás, invoca argumentos de que o passado é assunto encerrado, e que visitá-lo seria uma ameaça. Evita-o para não se assustar, e assim o nega. Dessa negação surge também a possibilidade de sempre ser tempo favorável à barbárie. Não visitar o passado é não construir uma memória em que se evite que ele aconteça novamente; visitá-lo não deve amedrontar, aqui a barbárie não é a memória revisitada e sim os fatos que ela traz. Adorno (2022, p. 129) observa que: “Fala-se da ameaça de uma regressão de Auschwitz. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão, a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que tem de fundamental as condições que geram essa regressão.”

Não produzir a barbárie pela lógica negacionista torna-se então manifestação do imperativo da memória: lembrar a fim de que nunca mais se repita Auschwitz! E isso comporta que a memória seja sempre constante para que nunca mais ocorra a barbárie e suas tecnologias.

Negar a negação e possíveis revisionismos torna-se então um princípio moral e ético, que acaba com as possibilidades do fascismo que espreita sempre. Esse imperativo se faz, sobretudo, necessário nos nossos tempos, pois aqueles que revisam ou negam a barbárie estão inclusive interessados nos seus próprios interesses.

Assim, a negação do processo de elaborar o passado pelos perpetradores e carrascos não passa pela elaboração que corresponda ao imperativo da memória, mas “nessa formulação, a elaboração do passado não significa elaborá-lo a sério, rompendo seu encanto por meio de uma consciência clara. Mas, o que se pretende, ao contrário, é encerrar a questão do passado, se possível, riscando-o da memória” (ADORNO, 2022, p. 31).

O processo de ignorar, riscar, negar ou revisionar, como dito anteriormente é fruto e gerador de condições para a barbárie, mas também é esquecimento vazio e frio (ADORNO, 2022, p. 46) sendo combatido à medida que o processo de narração da história exclua de suas metodologias o medo à presença da força e do grito daqueles que dela morreram. Isto é, negar a negação, própria dos perpetradores, passa em certa medida pela atenção aos vencidos.

Se a negação é continuar a lógica da barbárie, o imperativo da memória torna-se, concretamente, cuidado e negação-da-negação, pois escuta aqueles e aquelas que estiveram

sob o jugo da barbárie e dá-lhes inclusive a oportunidade de narrar uma história a partir dos barbarizados, isto é, dos vencidos:

A tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de História que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante de nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção: e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorará. (BENJAMIN, 2019, p. 13).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Filô/Benjamin).

GUARDINI, R. **O fim dos tempos modernos**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1964.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

KANT, Immanuel. **O que é o esclarecimento?** São Paulo: Via Verita, 2011.